



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario N. 10, Vol. 2 (2016)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Política e estética da educação do corpo (São Paulo, 1874-1914)

Dra. Wiara Rosa Rios Alcântara¹

Resumen

Los años finales del siglo XIX fueron testigos de la institucionalización y estatización de la escuela moderna, pública y obligatoria en Sao Paulo. La organización material propuesta para la escuela y el aula no era neutra. Por lo contrario. Fue atravesada por cuestiones estéticas y políticas que señalaban para la construcción de subjetividades y la formación de ciudadanos educados. Con este enfoque, y tomando el pupitre escolar como objeto de análisis, discuto cómo el Estado, médicos, higienistas y educadores pensaban transmitir sentidos políticos y estéticos de los nuevos tiempos de la República. Fuentes tales como revistas y manuales de enseñanza, y los catálogos de mobiliario escolar, se utilizan para mostrar la lucha por un reparto político y policial de lo sensible en el ámbito de la educación escolar.

¹Doutora e mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na área temática História da Educação e Historiografia. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE).

Palabras clave: escuela moderna; estética; política; pupitre escolar.

Resumo

No final do século XIX assistimos à institucionalização e estatização da escola moderna, pública e obrigatória em São Paulo. A proposta de organização material da escola e da sala de aula não era neutra. Pelo contrário. Estava atravessada por questões políticas e estéticas que visavam à construção de subjetividades discentes e à formação do cidadão escolarizado. Tendo isso em vista e tomando as carteiras escolares como objeto de análise, abordo o modo como o Estado, médicos, higienistas e educadores intentavam transmitir sentidos políticos e estéticos para os novos tempos republicanos. Fontes como as revistas e os manuais pedagógicos, além de catálogos de mobiliário escolar, são usadas para mostrar a luta por uma partilha política e policial do sensível, no âmbito da educação escolar.

Palavras-chave: Escola moderna; estética; política; carteira escolar.

Introdução

A partir das últimas décadas do século XIX assistimos à institucionalização e estatização da escola pública brasileira. Ao mesmo tempo ocorre a proliferação de leis tornando o ensino primário obrigatório (VIDAL; SÁ; GASPAR, 2013). O Estado passa a assumir progressivamente a responsabilidade pela fundação e criação das condições físicas de funcionamento das instituições de ensino.

Esta escola deveria ser pública, obrigatória e moderna. Escola moderna, tomando a definição de um autor do período em estudo, Tavares Bastos (1975, p.156), significa “a escola sem espírito de seita, a escola comum, a escola mista, a escola livre [...] obra original da democracia do Novo Mundo” . No aspecto material, a escola moderna deveria ter “casas de escola próprias, que são essenciais para o desempenho dos métodos aperfeiçoados do ensino [...] mobílias, utensílios, modelos e livros escolares, acomodados aos métodos” (BASTOS, 1975, p.155).

Dessa forma, a feição da escola deveria ser mudada. Não mais os pequenos casebres improvisados, mas as “escolas-monumentos” (VIDAL; FARIA FILHO,

2005), com espaços planejados e específicos, pessoal docente com formação, material e mobiliário adequado ao desenvolvimento da instrução primária.

Considerando que a sala de aula é o espaço escolar no qual professores e alunos realizam a maior parte de suas atividades, pode-se dizer que, no período em estudo, ela foi objeto de significativas mudanças. O novo mobiliário escolar proposto para a escola moderna (modernas carteiras ao invés dos longos bancos sem encosto) permitiu uma reorganização não apenas do espaço, mas do tempo e dos modos e sentidos de realização das atividades.

A nova configuração proposta para a sala de aula, com a introdução das carteiras, em oposição às longas mesas e aos longos bancos sem encosto, por exemplo, pode ser analisada sob uma dupla perspectiva: “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência (RANCIÈRE, 2005, p.16).

Este trabalho acerca-se da sala de aula como um espaço de luta de representações no campo do sensível, em relação às políticas do corpo. Isso significa que na relação dialética entre *polícia* e *política* observa-se a própria estética em operação na construção do espaço e da experiência dos sujeitos, na organização do sensível.

Rancière (1996; 2005) chama de *polícia* uma política atuando como sistema legitimado de produção de acordos. Isto é, são “políticas institucionalizadas” porque definem o que deve ser comum na experiência, o que a torna um sistema legitimado e naturalizado de operações sensíveis, dentro dos regimes de visualidade.

Já a *política* é

a prática que rompe com essa ordem da “polícia” que antecipa as relações de poder na própria evidência dos dados sensíveis. É a atividade que reconfigura os quadros sensíveis no seio dos quais se definem os objetos comuns. Ela rompe com a evidência sensível da ordem “natural” que destina os indivíduos e os grupos ao comando e à obediência, à vida pública ou à vida privada, ao atribuir desde logo a um certo tipo de espaço ou de tempo, a certa maneira de ser, de ver, e de dizer (RANCIÈRE, 2008. p.66).

Tal distinção entre *polícia* e *política*, apresentada pelo filósofo Rancière (1996; 2005), é rica para pensar, no âmbito da História da Educação, modos de partilhar o sensível no interior da escola.

Para Rancière há uma lógica que distribui os corpos no espaço definindo sua presença ou indiferença, sua visibilidade e audibilidade, ou não, que é marcada por hierarquias; e uma outra lógica, que é disruptiva em relação à primeira, caracterizada pela atualização da igualdade (PALLAMIN, 2010, p.9).

À primeira lógica, o filósofo chama de *polícia*. À segunda, refere-se à *política*. De um lado, interessam as formas como os discursos oficiais concebem a educação do corpo (Galak, 2014). De outro, não se pode negar as ações de resistência e rompimento dos sujeitos.

Daí a importância de investigar, a partir das carteiras escolares, como o Estado, os médicos, higienistas e educadores intentaram estabelecer o que deve ser comum na experiência discente, os modos legitimados de sentar-se, portar-se, escrever, ler, de ser aluno, nos novos tempos republicanos, sinalizando, assim, a luta por uma partilha política e policial do sensível, no âmbito da educação escolar.

No desenvolvimento da análise, o procedimento metodológico consistirá em discutir as ideias e os preceitos sobre as posturas corporais dos alunos, ditados pela Higiene e pela Antropometria e que circularam entre países, no período em estudo. Para tanto, como fontes, foram examinados manuais pedagógicos nacionais (Passalacqua, 1887; Mello, 1902) e internacionais (Riant, 1874; Narjoux, 1877; Cardot, 1881; Méry e Genèvrier, 1914). Ao mesmo tempo, lancei mão de catálogos de mobiliário escolar (Catalogue Delagrave, 1890, 1892; Union School Furniture Company, 1889; The National School Furniture Co., 1872; EDWARD E. BABB & CO., 1897-1898; BOBRICK, 1892) que usaram como propaganda a satisfação de aspectos higiênicos e ergonômicos dos modelos de carteira comercializados.

Vale ressaltar que, embora o estudo tenha como foco o Estado de São Paulo, em um certo período, ele não poderá prescindir do exame do tema sob uma perspectiva *transnacional*. Isso porque, no final do século XIX, observa-se a *transnacionalização* (BAGCHI; FUCHS; ROUSMANIERE, 2014) de um discurso acerca da carteira escolar, como destacam os estudos de Maria Fátima Machado (2004) para o caso português; Josette Peyranne (2001), para o caso francês; Pedro

Martinez (2009), para o caso espanhol; e Wiara Alcântara (2014), para o caso brasileiro.

Desse modo, não é no interior das fronteiras nacionais que se pode construir um sentido para processos que extrapolam as realidades locais. Bagchi, Fuchs e Rousmaniere (2014) falam em uma “virada transnacional” e defendem a recontextualização da noção de espaço e redefinição de fronteiras territoriais. De acordo com Fuchs (2014), o conceito de história transnacional, como história para além das fronteiras, refere-se a três aspectos: a) centra-se não em espaços nacionais, mas em espaços que são mutáveis; b) considera os contextos das dependências, relações e envolvimento transnacionais; c) examina o desenvolvimento da nação como um fenômeno global. Assim, os processos de globalização requerem pesquisas que vão além das narrativas históricas tradicionais baseadas no estado-nação.

Para tanto, o texto está dividido em duas partes. Na primeira, abordo a discussão internacional que se deu em torno da carteira escolar como um dos dispositivo aptos a alterar a estética da escola de modo a transformá-la de tradicional em moderna. Na segunda, a ênfase recai, de um lado, nas “políticas institucionalizadas”, naquilo que Rancière chama de *polícia*. De outro, sobre as tentativas dos alunos para romper a ordem pré-estabelecida e a lógica que lhes são impostas por meio de ações que Rancière denomina de *política*.

A carteira escolar: uma nova estética para a escola

A estética como experiência, na acepção Rancière (1996; 2005), está em funcionamento por meio do jogo de duas ações práticas que determinam o aspecto e a execução da tal experiência, ou seja, a relação entre *polícia* e *política*.

Se por um lado, a *polícia* se manifesta nas estratégias de controle e domínio que se pretendia exercer sobre o corpo dos alunos por meio das carteiras; por outro, a *política* é o movimento divergente, a atividade antagônica à *polícia*. No jogo entre *polícia* e *política* dá-se a própria *estética* em operação na construção do espaço da sala de aula, de subjetividades e corporeidades discentes e docentes.

No âmbito do Estado de São Paulo, a preocupação com a mobília escolar, com o corpo infantil, com as maneiras pelas quais outros países estavam organizando o espaço da sala de aula e o espaço individual do aluno fica bem evidente nos livros *A Higiene na escola*, publicado em 1902, pelo médico e Inspetor Sanitário, Balthazar Vieira de Mello; e no livro *Pedagogia e Methodologia* do Padre Camillo Passalacqua, publicado em 1887 e adotado na Escola Normal de São Paulo. Somente este último foi professor nesta instituição, a maior e mais bem estruturada escola de formação de professores primários existente no Estado, entre o fim do século XIX e início do século XX. Camilo Passalacqua ocupou a 4ª cadeira, sendo professor das disciplinas Pedagogia, Metodologia e Instrução Religiosa e Cívica (MONARCHA, 1999).

De acordo com esses autores, em diversos países os estudos sobre a Higiene escolar tiveram contribuições e influências significativas na concepção e produção do mobiliário das instituições de ensino. Depois desses estudos, sentar não era mais somente uma questão de acomodar o aluno em qualquer banco, não devia mais ser uma ação aleatória. *A Higiene* passou a prescrever modos racionais e institucionalizados de sentar e ordenar o espaço do aluno. Dessa maneira, nos dois livros, os autores além de detalharem como deveria ser o edifício escolar (situação, construção, aspecto, dimensões, vizinhança, ambientes) e a sala de aula (quanto à iluminação, ventilação, limpeza, temperatura, disposição dos bancos e mesas, pintura e desinfecção); dão realce à mobília escolar como elemento essencial ao “desenvolvimento intellectual e physico da infancia e da mocidade” (MELLO, 1902, p.20).

A organização material da escola e a distribuição dos espaços na sala de aula não são tratadas aqui como sinônimo de estética, mas como partes integrantes da experiência estética, ou, “o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2005, p.16).

A construção de uma nova visão social sobre o aluno e sua saúde exigiu um mobiliário específico para a sala de aula. Isso permite falar de uma estética da sala de aula como uma “distribuição do sensível” de modo que “são determinados os modos de articulação entre formas de ação, produção, percepção e pensamento” (PALLAMIN, 2010, p.6). Se, de um lado, a carteira deveria ser concebida em um

design que favorecesse uma postura ideal do ideal do aluno; de outro, o aluno deveria posicionar-se de forma a evitar deformidades físicas e fadiga mental.

A frase de Ferdinand Buisson, inspetor geral do ensino primário na França, proferida na Exposição Universal de Viena em 1873 “O banco deve se adaptar ao aluno e não mais o aluno ao banco” (BUISSON, 1875, p.55) funcionou, no período em estudo, como um *slogan* acerca de um ideário da relação corpo-mobiliário escolar.

Essa máxima é reproduzida no manual *Pedagogia e Methodologia* como uma pergunta retórica: “Quem não sabe que a mobília sendo proporcional aos alumnos e não estes proporcioneas á mobília, o funcionamento physiologico será mais regular?” (PASSALACQUA, 1887, p.58). Podemos concluir que este princípio da higiene escolar chegou a São Paulo não só pelos manuais estudados na Escola Normal Caetano de Campos, mas também pelos pareceres de Rui Barbosa. Rui Barbosa foi um intelectual liberal brasileiro, advogado e defensor da instrução pública, que redigiu diversos pareceres a partir da legislação que reformou o ensino primário, secundário e superior, no ano de 1879. Leitor voraz de Ferdinand Buisson e outros educadores estrangeiros, ele também asseverou que “o sistema dominante até então, e que ainda hoje predominante, consistia em acomodar o aluno ao banco. A higiene escolar, porem, assentou o princípio de que "é o banco que se há-de acomodar ao aluno" (BARBOSA, 1883, p.25).

Princípios higiênicos denotavam uma preocupação com as patologias escolares provocadas pela posição ao sentar, pelo mobiliário e a posição do corpo que ele impunha e pelos espaços escolares. Peyranne (2001, p.99) salienta que “os médicos deram uma grande importância à higiene na escola” e “os higienistas elaboraram estratégias na construção do mobiliário a fim de prevenir as doenças escolares [...] O mobiliário higiênico do século XIX é concebido a partir dos conceitos de saúde da época e da identificação das moléstias escolares” (PEYRANNE, 2001, p.94). O mobiliário existente até então é denunciado como “nefasto à saúde das crianças” .

No caso paulista, ao tratar da “Hygiene escolar, organização geral e direção particular das escolas, de acordo com os systemas modernos de ensino e com os princípios das sciencias”, o professor catedrático de Pedagogia e Metodologia da

Escola Normal de S. Paulo, Padre Camillo Passalacqua (1887, p.58), no manual Pedagogia e Methodologia, afirma que

A importância da mobília escolar é maior do que commumente se pensa. Um systema racional de mobília não só melhora as condições phisicas do estabelecimento e do alumno, mas muito principalmente acompanha as manifestações orgânicas da criança cem igualdade .

O discurso acerca da adequação da carteira e da postura correta do aluno não deixa de apontar para a tentativa de criar recortes, “definir lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p.15). A distribuição de lugares quer estabelecer um modo de ser cidadão escolarizado, de ser aluno, de produzir subjetividades discentes.

É importante destacar que a luta de representações sobre a organização do espaço da sala de aula e do espaço individual do aluno acompanhou a “constituição dos sistemas públicos e nacionais de educação” (COSTA RICO, 1997, p.91). Isso porque, como afirma Martinez,

A progressiva intensificação da vinculação entre higiene e educação constituiu um fator influente no processo da modernização dos sistemas educativos. No processo de expansão da escolarização obrigatória, a escola assume um papel importante na consecução de um corpo limpo, saudável e civilizado (MARTINEZ, 2009, p.34).

Com a carteira, cria-se um espaço *comum*, igual, massificado, mas também cria-se um espaço separado, individualizado para cada aluno. Há nessa estética da sala de aula da escola moderna uma *política*, mas também uma *polícia*, como se demonstrará a seguir.

A carteira escolar: uma nova *política/polícia* para a escola

Fundamentados na racionalidade científica e em princípios médico-higiênicos, os educadores, no intuito de corrigir e evitar as deformidades, deveriam cuidar do alinhamento do corpo dos alunos e alunas em relação à carteira, mesa, papel, livros (ROCHA; GONDRA, 2002).

No século XIX “nós recenseamos as moléstias, produzimos dados estatísticos, assistimos ao nascimento de toda uma epidemiologia escolar; o saber médico intervém a serviço da criança” (PEYRANNE, 2001, p.95). A carteira deveria ser adaptada às diferentes atividades: escrita, leitura e desenho. “A posição na escrita poderia deformar a coluna e provocar problemas orgânicos [...] A posição imóvel sobre um banco é igualmente considerada como nefasta, ela favorece a preguiça intestinal, provoca um sofrimento do aparelho circulatório” (PEYRANNE, 2001, p.99-100).

O saber médico-higiênico, o discurso educacional, as estatísticas são modos de organizar os poderes e legitimar a distribuição dos lugares conferidos aos sujeitos. São estratégias de controle e domínio que Rancière (2005) chama de *polícia*.

Nas palavras de PALLAMIN (2010, p.9) “uma ‘ordem policial’ é definida por uma partição do sensível, designando modos de ser, perceber e fazer [...]”. O controle minucioso dos modos de ser aluno, de sentar, de estar na sala de aula é muito bem exemplificado tanto nas especificações de como deveriam ser as carteiras quanto no detalhamento da postura correta dos alunos.

Assim, por exemplo, para evitar as deformidades provenientes ou agravadas no meio escolar, duas grandezas deveriam ser levadas em conta na fabricação da carteira: a *Distância* e a *Diferença*.

A “*distância* horizontal da borda anterior do assento ao alinhamento vertical da mesa” (PEYRANNE, 2001, p.151), ou seja, a altura entre a mesa e o banco. Na acepção de Cardot, a “distância deve ter em conta a espessura do corpo das crianças e, esta, varia de acordo com a idade” (CARDOT, 1881 apud PEYRANNE, 2001, p.155).

A *diferença* “é a distância vertical do banco à mesa” (PEYRANNE, 2001, p.150). Os bancos ou mesas com alturas reguláveis serviriam para modular essa distância vertical do banco à mesa evitando uma postura como a que se vê na figura abaixo. Essa *diferença* deveria ser

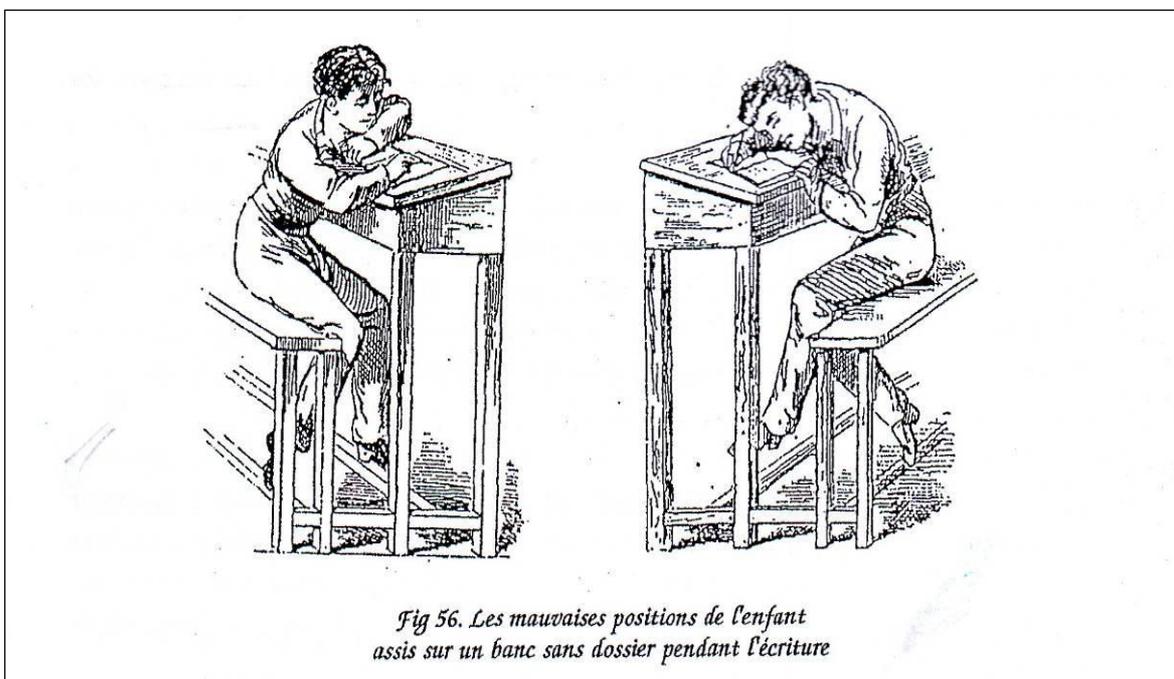
medida pela altura do cotovello [...] Se o antebraço ficar em posição horizontal, a mesa é reputada de boa altura; se ficar um pouco inclinado para diante, é que a mesa é muito baixa; se, ao contrário, ficar inclinado para traz, é porque é muito alta” (MELLO, 1902, p.17).

Os critérios da *distância* e da *diferença*, veiculados na França, também foram tomados como parâmetros para as carteiras que deveriam ser usadas no Brasil. Fazendo referência às produções de Narjoux e Buisson, Rui Barbosa (1883, p.26) esclarece que

na investigação das leis que deviam presidir à construção normal do banco-mesa, o mais importante movel da escola, três objetos chamaram, desde o começo destes estudos, a atenção da medicina: a separação entre a aresta anterior do assento e o alinhamento vertical da mesa, separação a que Fahrner pôs e a que ficou o nome peculiar de ***distância***; a diferença de altura entre a mesa e o banco, a que se ligou a denominação técnica de ***diferença***; a *inclinação* da superfície da mesa. Estudando as relações entre cada um destes elementos da questão e as dimensões da estatura dos alunos nas várias idades (grifo meu).

As modificações nas práticas educativas, nos meios de aprendizagem e nos programas exigiram um novo mobiliário no fim do século XIX. Os antigos bancos, tão criticados, reuniam três características: ausência de encosto, de apoio para os pés e largura insuficiente do assento (PEYRANNE, 2001). Nas três situações, o banco torna-se uma fonte de fadiga, pois o aluno não tem possibilidade de repousar.

Figura 3 – Má postura durante a escrita

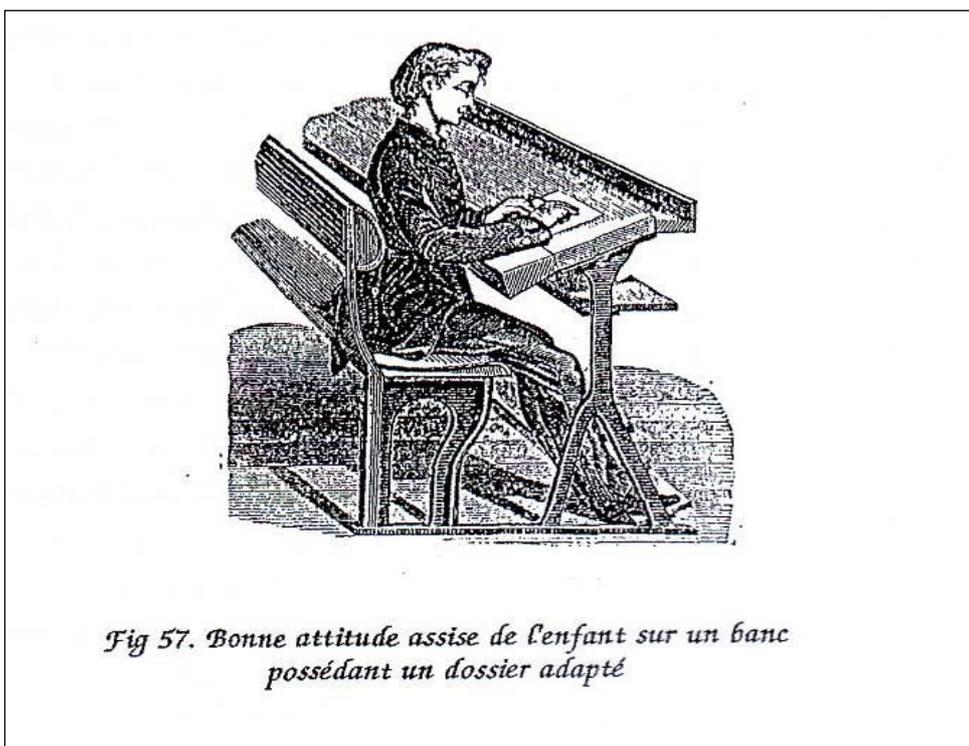


Fonte: Revue Pédagogique, 1879, p.116, 117

Para estabelecer a *distância* e a *diferença* adequadas, bem como a *atitude normal*, as contribuições da ergonomia e da antropometria foram indispensáveis. De acordo com Peyranne (2001, p.167) “construir um mobiliário apropriado às diferentes estaturas não se pode fazer sem medidas antropométricas”.

A falta de apoio para os pés, por exemplo, “obriga a criança mover-se para frente do banco se ele está longe [...]” (PEYRANNE, 2001, p.149). A carteira que favorece uma posição ideal, apresentada em um dos mais conhecidos manuais de higiene escolar², no período, atende a três requisitos essenciais: apoio para os pés, encosto e profundidade do assento.

Figura 4 – Posição ideal ao assentar-se



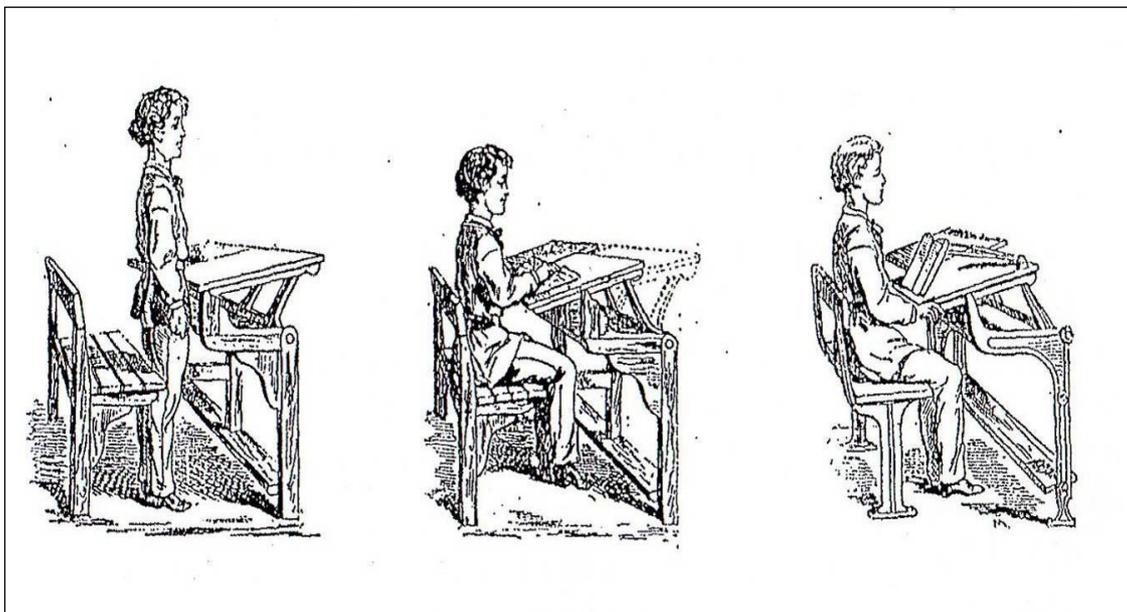
Fonte: Riant, 1874, p.117

“Variar a profundidade do assento” (PEYRANNE, 2001, p.161) foi uma das primeiras preocupações do francês Cardot. Cardot se destacou nas pesquisas e experimentos sobre o mobiliário escolar. Seus modelos mostram mudanças na concepção e construção do mobiliário escolar.

² Riant, A. Hygiène Scolaire: Influence de l'École sur la santé des enfants. Paris: Librairie Hachette & Cie, 1874.

O modelo abaixo, “Carteira Cardot com mesa móvel”, apresentado na Exposição Universal de Viena, “possui uma tabuleta móvel para frente e para trás” (PEYRANNE, 2001, p.163) adaptável às atividades de recitação, escrita e leitura.

Figura 5 – Carteira Cardot com mesa móvel



Fonte: PEYRANNE, 2001, p.163

Ferdinand Buisson, em seu *Dicionário de Pedagogia e da Instrução Primária*³, estabelece dois principais fundamentos que devem presidir a reforma do mobiliário escolar: 1) Conciliar o assento e a mesa de modo que a vertical avance para fora da borda dianteira da mesa encontrando a borda do assento; 2) Tornar confortável o repouso na posição assentada, primeiro dando à carteira uma inclinação entre 15 e 18 graus proporcionando ao aluno um ponto de apoio para as costas e para os pés (barra de apoio) e, finalmente, adequando exatamente o tamanho das crianças e a altura da mesa-banco.

Tais prescrições, apresentadas por Buisson, também são reproduzidas por Rui Barbosa (1883, p.17-18):

O cotovelo assenta na mesa, perto do bordo. Em consequência, a parte superior do corpo, volvida sobre si mesma para a direita, debruça-se mais ou menos para a frente, segundo o grau de

³ BUISSON, Ferdinand. *Dicionário de Pedagogia e da Instrução Primária*. Parte I, Tomo I. Paris: Librairie Hachette & Cie., 1887.

distância existente entre a carteira e o banco. À mão direita pousa no caderno, enquanto o cotovelo direito vem apoiar-se de encontro às costelas. Até aqui a cabeça ainda se acha ereta.

Começa a cabeça a pender para a mesa, abatendo-se gradualmente; o cotovelo é arrastado para diante; a parte superior do corpo acha-se ainda mais torcida para a direita. As costelas do lado esquerdo apoiam-se ao bordo da mesa.

O 3.º O caderno do aluno, especialmente o seu Bordo direito, é impelido para a frente, de modo que cessa de estar paralelo ao bordo da mesa, e forma com ele um ângulo de 45 graus, às vezes ainda mais. A cabeça está inclinada e virada de tal arte que o olho esquerdo fica algumas polegadas apenas distante do livro; a face esquerda chega quasi a tocar a mão, e muitas vezes até descansa no punho; o tórax acha-se como que suspenso à espádua direita e às costelas do mesmo lado, que se apoiam no rebordo da mesa, ultrapassando-o.

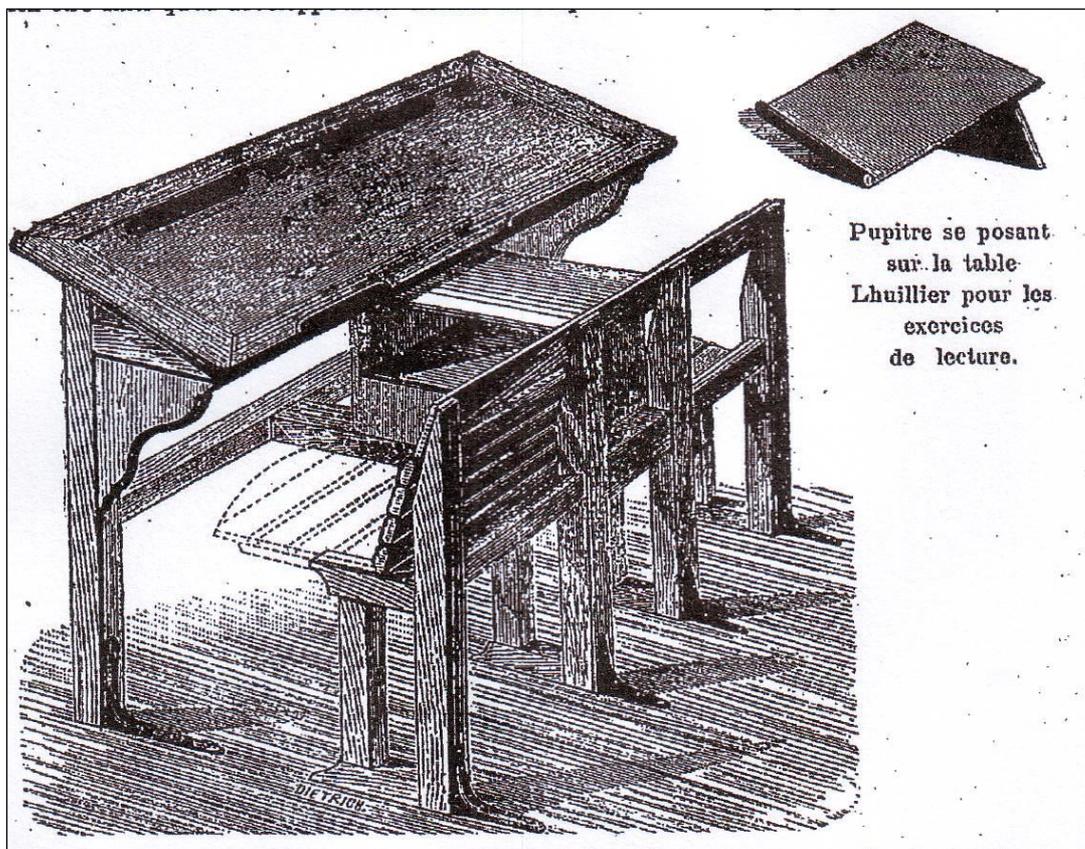
A longa transcrição faz-se necessária para evidenciar como a *polícia* busca preencher todos os espaços para manter a ordem.

Os elementos que deveriam ser observados em cada carteira eram: 1) superfície de trabalho, com inclinação ou não, com gaveta ou não; 2) o assento e sua profundidade, dobrável ou não; 3) encosto; 4) apoio de pé; 5) a distância vertical; 6) a diferença horizontal. Tais elementos são usados não apenas por educadores e médicos higienistas, mas também por comerciais e empresários em seus catálogos de venda de mobiliário escolar.

A empresa francesa Delagrave, fabricante de material e mobiliário escolar, na divulgação da carteira denominada *Nouvelle Table Scolaire System LHUILLIER*, descreve as vantagens do produto: “Higiene, moral, comodidade, elegância”. A carteira tem por autor um oficial da Instrução Pública e diretor de uma escola do Seine.

Nesta qualidade, ele constatou os inconvenientes de um mobiliário escolar defeituoso e se aplicou a pesquisar os melhoramentos que precisavam ser feitos. Higiene.- Nem deformidades nem miopia com a carteira de M.Lhuillier. Estes cinco diferentes tipos satisfazem plenamente todos os requisitos de uma boa higiene. Assento com encosto, inclinação da mesa para a escrita, e uma pequena mesa portátil para leitura, dimensões relativas aos diferentes tamanhos de alunos, etc., Contribuindo para o bem estar e o desenvolvimento normal do corpo e das capacidades físicas da criança (DELAGRAVE, 1890, p.4).

Figura 6 – Carteira sistema LHUILLIER

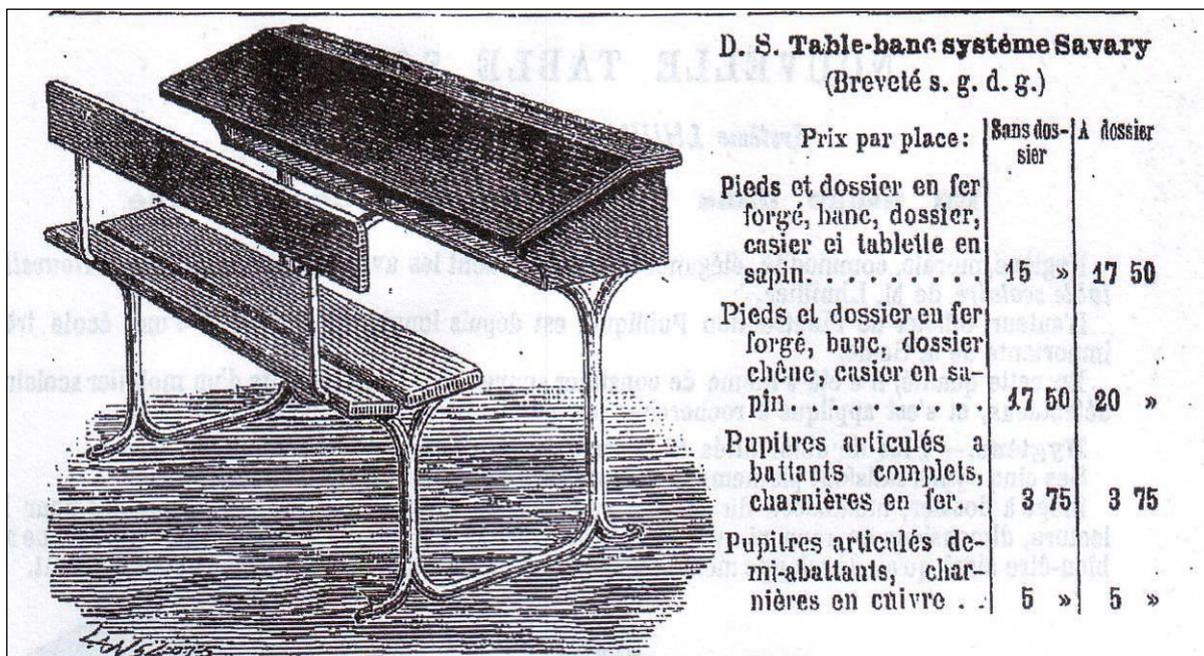


Fonte: Catalogue Delagrave, 1890, p.4.

A mesma empresa, no catálogo de 1892 anuncia o monopólio do sistema “A. Savary et L. Nisius, já amplamente utilizado e apreciado na França e no exterior” (DELAGRAVE, 1892, p.2). Enfatizar a satisfação de tais exigências constitui uma boa propaganda. Por isso, no texto de abertura do catálogo, lê-se:

Há dez anos, constatou-se que a má disposição do mobiliário causa tanto mal quanto a falta de ar e luz e a instalação material das escolas sofreu uma transformação completa. A miopia tornou-se um perigo público, deformações corporais, especialmente entre as meninas, são devidas, em geral, aos seus bancos e mesas que não são de nenhuma maneira proporcionais ao tamanho dos escolares. Daí, uma reforma que continua, mas que irá contra a sua finalidade, se nos dirigimos ao primeiro empresário, ao invés de escolher mesas e bancos fabricados de acordo com regras exatas, como as que são apresentadas neste catálogo (DELAGRAVE, 1892, p.2).

Figura 7 – Carteira sistema Savary



Fonte: Catalogue Delagrave, 1892, p.10

A França e os Estados Unidos foram os países que serviram de referência para o Brasil na discussão sobre as carteiras (ALCÂNTARA, 2014). Nos Estados Unidos, o engenheiro civil Bobrick, tratando dos “Hygienic Requirements of School Furniture” revela a preocupação com as partes do corpo que poderiam sofrer devido ao mobiliário escolar.

Ombros curvados, coluna vertebral inclinada, dificuldade de respiração, distorção da parte superior do corpo e outras deformidades físicas que estragam a simetria da estrutura corporal muitas vezes aparecem em crianças em crescimento e, se a causa não for descoberta e removida, o adulto pode apresentar durante sua vida uma aparência disforme, quando, na infância, ele podia ter sido perfeito.

Esses males não há muito atraíram a atenção de cientistas na Europa, os quais fizeram um estudo sobre si próprio se descobriram que na maioria dos casos eles são rastreáveis para o uso, - enquanto o corpo ainda está sem forma e suscetível a todas as influências externas, de carteiras e assentos, na escola e em casa [...] (BOBRICK, 1892, p.1).

As preocupações com as atitudes dos alunos ao sentarem-se a fim de evitar moléstias que se adquirem devido à postura dos escolares, as quais podem comprometer seu desenvolvimento físico, levaram os médicos e higienistas a elencarem um conjunto de doenças originadas ou agravadas na escola. Tais discursos se repetem nos manuais pedagógicos de diversos países, entre o fim do século XIX e início do XX e até nos catálogos de mobiliário escolar, como se demonstrou acima.

Neste artigo, interessa menos a concretização de tais ideias nas escolas paulistas e mais a problematização de uma estética, de uma ordem e de uma lógica que marca até os dias atuais a forma de organização escolar. Interessa pensar, de um lado, este “projeto de gestão do corpo infantil” (ROCHA, 2009), que aqui chamamos de *polícia*; e, de outro, os modos de se opor à ordem e à lógica, o que, seguindo Rancière (2005), chamamos de *política*.

Assim sendo, observa-se uma luta de reconfiguração das distribuições do sensível no interior da escola e da sala de aula, um conflito que se evidencia entre as lógicas da *polícia* e da *política*. Entre a perpetuação do estado das coisas e a transformação das mesmas visando o comum. Nas pequenas ações, os alunos operam descontinuidades na ordem e na lógica, por meio do dissenso. Na problemática em análise significa dizer que, se em todo tempo objetiva-se manter a ordem dos corpos dos alunos, é somente nos intervalos da *polícia* que a *política* acontece (RANCIÈRE, 2005).

Daí podemos compreender que é nas situações de oportunidade que os alunos, em relação de desigualdade com os professores ou com aqueles que sempre estão a lhes fiscalizar, rompem a ordem e a lógica. Sentam-se como melhor lhes parece, “colam” nas avarizes, prendem doces embaixo da carteira, dentre outros.

Embaixo da carteira, sempre foi o lugar da subversão do aluno. Embaixo da carteira pode ser o lugar da “cola”, mas não era essa a preocupação no século XIX. “A masturbação era um problema na sociedade do século XIX” (PEYRANNE, 2001, p.104). Era considerada uma degeneração. Controlando o corpo do aluno, intentava-se “regenerar a raça”, por isso, a necessidade de uma carteira que oferecesse como

vantagem a moralidade, a possibilidade do professor controlar esse “vício”, “mortal e contagioso”.

A masturbação, longe de ser um problema isolado é um problema social: “descobrimos, há alguns anos, em uma cidade, uma sociedade inteira de rapazes entre 14 e 15 anos que se reuniam para praticar esse vício e toda a escola foi infectada (S. Tissot, 1864)”. A criança que se entrega a esta prática funesta e facilmente reconhecida: “O crescimento se dá de uma maneira viciosa ou incompleta: “o diâmetro do peito se encolhe; o tamanho que sofre, às vezes, curvas inadequadas, e se produz no desenvolvimento desarmonias também prejudiciais à regularidade das formas que mantém a saúde” (PEYRANNE, 2001, p.104 e 105).

O professor poderia perceber esses sinais do “masturbador” e, nessa tarefa, o *design* da carteira poderia ajudar ou atrapalhar.

A promessa dos fabricantes da carteira “Nouvelle Table Scolaire”, de M. Lhuillier era que ela satisfazia “plenamente todas as exigências da boa higiene [...] contribui para o desenvolvimento normal do corpo e das faculdades físicas da criança” . No aspecto moral, apesar de ter dois lugares, “os assentos são separados por uma caixa que isola os ocupantes” . O mais importante, “a parte de baixo da mesa é sem proteção, a criança permanece descoberta e nenhum de seus movimentos pode escapar aos olhos atentos do mestre”.

As práticas de dissenso dos alunos são mais difíceis de perscrutar. Elas não são oficiais. Não estão institucionalizadas, o que não quer dizer que não sejam recorrentes. Delas, não se tem registro. Não raro, é pela prescrição da *polícia* que se pode averiguar os comportamentos e as ações divergentes que se quer regular. Ou seja, quando médicos, educadores e higienistas buscam suprimir posturas incorretas na leitura, escrita e desenho como cotovelos em cima da mesa, suas prescrições acabam evidenciando uma prática, não rara, que se quer combater. Do mesmo modo, quando uma empresa projeta uma carteira cujo *design* visa suprimir a masturbação, isso sinaliza a ocorrência de tais ações na sala de aula.

É nessa “repartição desigual entre iguais” (PALLAMIN, 2010, p.7), professores e alunos, que se dá a partilha do sensível que fixa,

ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha dos espaços, tempos e tipos de atividades que determinam propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p.15).

Diante disso, pode-se afirmar que a nova estética da escola moderna não foi objeto de consenso. Há sempre uma batalha entre o visível e o invisível. O dissenso, o rompimento da ordem está posto na dinâmica escolar e na construção das subjetividades discentes e docentes.

Considerações finais

Nas últimas décadas do século XIX observa-se a circulação internacional de um discurso médico, higiênico e educacional sobre o corpo dos alunos e a organização do espaço da sala de aula em relação à carteira escolar. Analisando manuais pedagógicos, livros e regulamentos, catálogos de mobiliário escolar coloco em evidência *políticas* e *estéticas* presentes na constituição do sistema de ensino paulista.

Embora tratadas de modo separado no texto, cabe ressaltar que, em Rancière, há uma “mútua constituição entre o estético e o político, sintetizada em sua noção de partilha do sensível” (PALLAMIN, 2010, p.6).

A palavra francesa *partage* (partilha) incorpora um duplo e conflitante significado. De um lado, remete à ideia de partilha, de tornar comum. De outro, remete à ideia de separação, de hierarquia, de tornar exclusivo. Na primeira situação, configura-se a *política* ou uma partilha *política* do sensível. Na segunda, teríamos a *polícia* ou uma partilha policial do sensível.

O espaço da sala de aula, em sua dimensão coletiva, bem como o espaço individualizado do aluno nas carteiras estão perpassados pelo jogo das ações de *polícia* e de *política* dadas como demarcadoras de uma estética em operação. Ou seja, a estética está em funcionamento por meio do jogo de duas ações – *polícia* e *política* – as quais determinam o aspecto e a execução da experiência.

Pensar, sob uma perspectiva histórica, as lutas de representações, a partilha do sensível do interior da sala de aula pode ajudar a compreender conflitos presentes, ainda hoje, na relação professores e alunos, mas também na organização dos espaços e dos tempos.

Na nova estética da escola moderna, *polícia* (ordem) e *política* (rompimento) estão em dissenso, mas é somente pelo conflito dessas duas lógicas no interior da sala de aula que professor e aluno partilham o sensível, a existência de um comum e constituem suas subjetividades enquanto professor e enquanto aluno.

Referências

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios (2014). *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1874-1914). 2014. 339 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- BAGCHI, Barnita; FUCHS, Eckhardt; ROUSMANIERE, Kate (orgs) (2014). *Connecting Histories of Education: Transnational and Cross-Cultural Exchanges in (Post)Colonial Education*. Berghahn Books. New York.
- BARBOSA, Rui. **Obras Completas**. (1883). Tomo IV. Reforma do Ensino Primário.
- BASTOS, Aurelino Cândido Tavares (1975). **A província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. 3ª Ed. Ed. Nacional; Brasília, INL. São Paulo
- BOBRICK, Gabriel A (1892). **Higienic Requirements of School Furniture**. Press of Exchange Printing. New York.
- BUISSON, Ferdinand (1875). **Rapport sur l’instruction primaire à l’Exposition Universelle de Vienne em 1873**. Paris.
- _____. (1887). **Dicionário de Pedagogia e da Instrução Primária**. Parte I, Tomo I. Librairie Hachette & Cie. Paris.
- COSTA RICO, Antón (1997). “Mobiliario, dotación y equipamiento escolar en el siglo XIX”. Salamanca: *Revista interuniversitaria Historia de la Educación*. n. 16, p.91-112.
- DELAGRAVE. (1890). **Catalogue Spécial de Mobilier, Materiel Scolaire et accessories de classes**. Librairie Ch. Delagrave. Paris.

- DELAGRAVE. (1892). **Catalogue Spécial de Mobilier Scolaire et Materiel d'enseignement conformes aux Reglements et Programmes Officiels.** Librairie Ch. Delagrave. Deuxieme Partie. Paris.
- FUCHS, E. (2014) "History of Education beyond the nation? Trends in Historical and Educational Scholarship." In: BAGCHI, Barnita; FUCHS, Eckhardt; ROUSMANIERE, Kate (orgs). (2014) **Connecting Histories of Education: Transnational and Cross-Cultural Exchanges in (Post-)Colonial Education.** Berghahn Books. New York. p. 11-26.
- GALAK, E. (2014). "Educación del cuerpo y política: concepciones de raza, higienismo y eugenesia en la Educación Física Argentina", *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1543-1562, out./dez. de 2014.
- MACHADO, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. (2004). *Maneiras de Sentar: Contributo para a História das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970).* Dissertação de Mestrado Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa.
- MARTINEZ, P. (2009). "*Presentación. Cuerpo, higiene, educación e historia*". Ediciones Universidad Salamanca. Historia de la Educación. Revista interuniversitaria. n. 28, p.23-36.
- MELLO, Balthazar Vieira de (1902). **A Higiene na Escola.** São Paulo: Typographia do Diario Official.
- MONARCHA, C. (1999) **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.** Editora da UNICAMP. Campinas.
- PALLAMIN, V. M. (2010). **Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière.** *Risco* (São Carlos), v. 12, p. 6-16.
- PASSALACQUA, Padre Camillo (1887). **Pedagogia e Methodologia (Theorica e Practica).** Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp. São Paulo.
- PEYRANNE, J. (2001). **Le mobilier scolaire du XIX^e siècle a nos jours: contribution a l'étude des pratiques corporelles et de la pédagogie à travers l'évolution du mobilier scolaire.** Lille: ANRT.
- RANCIÈRE, J. (2005). **A Partilha do Sensível. Estética e Política.** Trad. Mônica Costa Netto. Editora 34. São Paulo. EXO experimental.org.

- _____ . (1996). **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. Editora 34. São Paulo.
- _____ (2008). Les paradoxes de l'art politique". In: *Le spectateur émancipé*. La Fabrique. Paris. p.56-92.
- RIANT, A (1874). **Hygiène Scolaire: Influence de l'École sur la santé des enfants**. Librairie Hachette & Cie. Paris.
- ROCHA, H. H. P. (2009). "Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil: Higienismo e educação do corpo no Brasil". Salamanca: *Revista interuniversitaria Historia de la Educación*. n. 28, p.109-134.
- ROCHA, H.; GONDRA, J. (2002). "A escola e a produção de sujeitos higienizados". *Perspectiva*, n.2. Florianópolis, jul./dez/, v.20.
- VIDAL, D.; FARIA FILHO, L. Mendes de (2005). **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Autores. Associados, São Paulo. 139 p. (Coleção Memória da Educação).
- VIDAL, D.; SÁ, E. F.; GASPAR, V. (orgs.). (2013). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Edufmt. Cuiabá.